



RETIFICADO

TERMOS DE REFERÊNCIA

Procedimento N.º 14/DCP-GCE/UE/2025

**CONCEÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO DO PÓLO DE SAÚDE DA
UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

Índice

Conteúdo

TERMOS DE REFERÊNCIA	1
CONCEÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO DO PÓLO DE SAÚDE	1
Termos de Referência	4
Artigo 1º Identificação do concurso e objeto	4
Artigo 2º Modalidade do concurso	4
Artigo 3º Entidade adjudicante	4
Artigo 4º Órgão que tomou a decisão de selecionar o trabalho de conceção	4
Artigo 5º Consulta e disponibilização das peças do concurso	5
Artigo 6º Esclarecimentos e retificações	5
Artigo 7º Júri do procedimento	6
Artigo 8º Impedimentos	6
Artigo 9º Concorrentes e equipa projetista	7
Artigo 10º Documentos de identificação	7
Artigo 11º Documentos que materializam os trabalhos de conceção	8
Artigo 12º Modo de apresentação dos documentos que materializam os trabalhos de conceção na sede da entidade adjudicante	10
Artigo 13º Lugar e data-limite de apresentação do(s) invólucro(s)	11
Artigo 14º Apresentação de vários trabalhos de conceção	11
Artigo 15º Critérios de seleção	12
Artigo 16º Avaliação dos trabalhos de conceção	14
Artigo 17º Prémios	14
Artigo 18º Notificação da decisão do júri de seleção	14
Artigo 19º Habilitações	15
Artigo 20º Direitos da Entidade Adjudicante	15
Artigo 21º Exposição pública dos trabalhos	15
Anexos	17
Anexo II Caderno de Encargos do Ajuste Direto	17
Cláusula 1.ª Objeto do contrato	17
Cláusula 2.ª Preço contratual	18
Cláusula 3.ª Revisão de preços	18
Cláusula 4.ª Pagamento	18
Cláusula 5.ª Celebração de contrato	18
Cláusula 6.ª Sanções	19
Cláusula 7.ª Publicitação da adjudicação	19
Cláusula 8.ª Foro competente	19
Cláusula 9.ª Legislação aplicável	19
Cláusula 10.ª Constituição das equipas prestadoras de serviços	19
Cláusula 11.ª Obrigações principais do prestador de serviço	20



Cláusula 12.ª Prazo de prestação dos serviços	21
Cláusula 13.ª Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato	22
Cláusula 14.ª Elementos fornecidos pela entidade adjudicante	22
Cláusula 15.ª Âmbito da prestação de serviços	22
Cláusula 16.ª Estudo prévio, Anteprojeto / Projeto Base	24
Cláusula 17.ª Projeto de execução.....	24
Cláusula 18.ª Exemplares a fornecer pelo adjudicatário	24
Cláusula 19.ª Programa e coordenação dos projetos	25
Cláusula 20.ª Assistência técnica	25
Cláusula 21.ª Condicionantes orçamentais.....	26

Termos de Referência

Artigo 1º Identificação do concurso e objeto

1. O presente concurso com a designação de **Conceção para a elaboração do projeto do Pólo de Saúde da Universidade de Évora**, tem por objeto a seleção de 1 (um) trabalho de conceção do projeto de arquitetura para a construção de um equipamento, de interesse público de utilização coletiva, multifuncional, para o desenvolvimento de atividades de ensino superior, devendo cumprir as características, particularidades e requisitos previstos no Programa Preliminar e no Caderno de Encargos em anexo.
2. A Universidade de Évora tem intenção de adjudicar, por ajuste direto, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, a elaboração dos projetos para a construção da Pólo de Saúde, nos termos previstos no Caderno de Encargos, que constitui o Anexo II.
3. Os trabalhos de conceção objeto do presente concurso, devem observar os requisitos constantes do Programa Preliminar que constitui o Anexo I aos presentes Termos de Referência.
4. O objeto do presente concurso insere-se, para efeito de classificação, conforme vocabulário comum para contratos públicos (CCP), no código 71200000-0 (Serviços de Arquitetura e afins), de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74, de 15 de março de 2008.

Artigo 2º Modalidade do concurso

O presente procedimento de concurso de conceção reveste a modalidade de concurso público e é efetuado nos termos do disposto dos artigos 219.º- A e seguintes do CCP.

Artigo 3º Entidade adjudicante

A Entidade pública contratante é a Universidade de Évora, sita no Largo dos Colegiais, 2 – Apartado 94, 7002-554 Évora, com o telefone 266740800 e endereço eletrónico compras@uevora.pt.

Artigo 4º Órgão que tomou a decisão de selecionar o trabalho de conceção

A decisão de selecionar 1 (um) trabalho de conceção foi tomada Sra. Reitora da Universidade de Évora, Professora Doutora Hermínia Maria de Vasconcelos Alves Vilar, no âmbito do uso das competências próprias conferidas pelo artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugadas com as atribuídas pelo Despacho N.º 5845/2024, de 16 de maio, da Exmo. Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e

Inovação, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 100 de 23 de maio, nos termos do artigo 151.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e dos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 36.º, conjugado com o artigo 219.º-A, ambos do CCP.

Artigo 5º Consulta e disponibilização das peças do concurso

1. Os Termos de Referência (incluindo o Programa Preliminar e o Caderno de Encargos) encontram-se disponíveis no endereço eletrónico www.acingov.pt.
2. As propostas devem ser apresentadas **até às 23:59 horas do 60.º dia**, a contar da data do envio do anúncio para publicação.
3. As propostas têm de ser apresentadas através da plataforma eletrónica de compras em uso na Universidade de Évora cujo endereço eletrónico é www.acingov.pt
4. O anúncio será publicado no Jornal Oficial da União Europeia.
5. O acesso à referida plataforma eletrónica, que permite ao interessado efetuar a consulta e descarregar as peças do procedimento, só é possível mediante credenciação junto da plataforma da AcinGov.
6. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, até à fase da apresentação das propostas serão efetuadas através da plataforma eletrónica www.acingov.pt, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Artigo 6º Esclarecimentos e retificações

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri do concurso e poderão ser solicitados, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt.
2. Os esclarecimentos serão prestados pelo júri, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O Júri pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no número anterior.
4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos pontos anteriores do presente artigo fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas, em caso de divergência.
5. Os esclarecimentos e as retificações referidos no número anterior serão disponibilizados na referida plataforma eletrónica de contratação pública e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.

Artigo 7º Júri do procedimento

1. O presente concurso é conduzido por um Júri composto por 7 (sete) membros efetivos e 4 (quatro) suplentes, nomeados pela Sr.ª Reitora da Universidade de Évora.
2. O Júri do concurso exercerá as suas funções de acordo e conforme o estabelecido no artigo 219.º- E do CCP.
3. Nos termos do n.º 1 do Artigo 219.º-E do Código dos Contratos Públicos, são designados os seguintes membros do Júri para o concurso público de *Conceção para a elaboração do projeto do Pólo de Saúde da Universidade de Évora* são os seguintes:

Membros efetivos:

Prof.º Doutor João Nabais, Universidade de Évora, que preside;

Prof.ª Doutora Maria do Céu Marques, Universidade de Évora;

Prof.º Doutor Armando Raimundo, Universidade de Évora;

Arq.º José Macedo, Universidade de Évora;

Eng.º Victor Fialho, Presidente do Conselho de Administração da ULSAlentejo Central;

Eng.ª Ana Cristina Centeno, Universidade de Évora;

Prof.ª Doutora Maria Filomena Mendes, Universidade de Évora;

Membros suplentes:

Prof.º Doutor Paulo Mendes, Universidade de Évora;

Eng.º João Mestre, Universidade de Évora;

Dra. Marta Mata, Universidade de Évora;

Sra. Graça Talhinhos, Universidade de Évora.

Artigo 8º Impedimentos

1. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades, singulares ou coletivas, que se encontrem impedidas pelas situações previstas nos artigos 55.º do CCP e 69.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA).
2. Estão ainda impedidas de concorrer ou colaborar a qualquer título com um concorrente, os membros do júri, dirigentes ou funcionários da Entidade Adjudicante, bem como familiares diretos ou outras entidades, singulares ou coletivas, que, por circunstâncias profissionais ou pessoais, tenham tido acesso a informação privilegiada relativa ao presente procedimento.



Artigo 9º Concorrentes e equipa projetista

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participe no procedimento de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.
2. Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, podem apresentar trabalhos de conceção:
 - a) Profissionais independentes ou empresários em nome individual com inscrição efetiva ou temporária em vigor na Ordem dos Arquitetos;
 - b) Pessoas coletivas cujo objeto social abranja a atividade de elaboração de estudos ou projetos de arquitetura.
3. Podem concorrer arquitetos estrangeiros, desde que, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de seleção tenham inscrição efetiva ou temporária na Ordem dos Arquitetos, ou comprovem que a tenham requerido; se for entregue documento comprovativo do pedido de inscrição, emitido pela Ordem dos Arquitetos, deve o mesmo ser substituído por documento definitivo de inscrição temporária ou definitiva até à data da outorga do contrato.
4. Caso se trate de uma pessoa coletiva estrangeira, deve ser entregue certidão de registo comercial ou documento equivalente emitido pelo país de origem, acompanhada da respetiva tradução oficial, devendo à data da outorga do contrato estar habilitada a exercer a atividade de estudos e projetos em Portugal.
5. Cada concorrente, isto é, cada entidade que apresentar trabalho(s) de conceção, deve apresentar e propor formar uma equipa projetista cuja coordenação deve ser assumida por um técnico responsável com qualificação profissional exigida, de acordo com o disposto na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, nos termos dos números anteriores e seguinte.
6. A equipa projetista será necessariamente constituída, para além do Coordenador, pelos técnicos autores indispensáveis ao desenvolvimento dos estudos previstos nas Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos relativo ao procedimento por Ajuste Direto, atentas eventuais condições imperativas estabelecidas no Programa Preliminar.
7. A equipa projetista poderá ainda integrar todos os técnicos que o concorrente considere indispensáveis para o desenvolvimento dos trabalhos de conceção.
8. Caso o concorrente não pretenda que o seu trabalho seja exposto deverá declarar essa intenção através de declaração.

Artigo 10º Documentos de identificação

1. Os concorrentes devem apresentar a identificação e contatos, bem como a constituição nominativa da equipa projetista referida no Artigo 9º, identificando as habilitações profissionais específicas de cada um dos seus membros, nos

termos previstos nos mesmos números do artigo.

2. Caso seja assinado pelo representante legal de pessoa coletiva ou por representante do concorrente, o Boletim de Identificação (documento que dá resposta ao requisito do ponto anterior) deve vir acompanhado do documento que demonstre os poderes do signatário ou de cópia desse documento.
3. Salienta-se que a correlação entre a identificação do concorrente e o seu trabalho só poderá ser conhecida após a aprovação, pelo órgão competente para a decisão de contratar, do Relatório do Júri e sua submissão na plataforma de contratação.
4. Para o efeito, após a submissão dos documentos de identificação, **a plataforma eletrónica irá gerar um código** que o concorrente deverá utilizar para submeter e entregar os documentos que materializam os trabalhos de conceção.

Artigo 11º Documentos que materializam os trabalhos de conceção

1. Os documentos que materializam os trabalhos de conceção devem ser, obrigatoriamente, redigidos em língua portuguesa e entregues na sede da entidade adjudicante nos termos dos números seguintes.
2. Os concorrentes devem utilizar o código gerado aquando da submissão dos documentos de identificação na plataforma de contratação pública AcinGov, **até às 23h59m, do 60.º dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação no Diário da República e JOUE, para identificar as PEÇAS ESCRITAS que materializam os trabalhos de conceção, as quais devem ser elaboradas e apresentadas de tal forma que fique assegurado **o total e absoluto anonimato dos concorrentes, não podendo conter qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o seu autor ou autores.**
3. As **PEÇAS ESCRITAS** devem conter:
 - a) Memória Descritiva e Justificativa, com o número máximo de 20 (vinte) páginas, que descreva e justifique a conceção preconizada para o edifício, acompanhada por todos os esquemas gráficos necessários para a sua compreensão, contendo:
 - i) Princípios gerais da ocupação, organização e reinterpretação do espaço de intervenção;
 - ii) Princípios gerais subjacentes à escolha da localização para o equipamento e estacionamento;
 - iii) Princípios gerais de conceção da solução proposta para o edifício, estacionamento e zona envolvente (área de intervenção);
 - iv) Definição dos critérios gerais de dimensionamento das diferentes partes constitutivas das instalações;
 - v) Explicitação do faseamento, com identificação clara das duas fases, forma de articulação das fases em termos funcionais e construtivos e



eventuais pontos críticos da solução a considerar.

- vi) Adequação da solução proposta aos diversos condicionamentos existentes ou previsíveis;
 - vii) Circulações interiores de alunos, de pessoal e distribuição espacial dos diversos serviços;
 - viii) Explicitação da racionalidade das soluções construtivas face às exigências funcionais de flexibilidade e modularidade dos espaços, segurança, manutenção e durabilidade;
 - ix) Referência à estratégia relativa ao comportamento e eficiência energética e adaptação climática e adequação ao conceito NZeB;
 - x) Descrição sumária das soluções preconizadas pelas especialidades intervenientes na elaboração da proposta.
- b) Quadro resumo de áreas para cada uma das unidades conceptuais usando como base o previsto definido no Programa Preliminar e documentos complementares;
 - c) Estimativa do Custo Total da Obra, para o edifício e área envolvente, com discriminação dos valores referentes às especialidades consideradas, tendo em conta a intenção da Entidade Adjudicante de que o custo estimado para a construção do mesmo não deve exceder **39.000.000,00€ (trinta e nove milhões de euros) para a totalidade do edifício dos quais 25.000.000,00€ (vinte e cinco milhões de euros) deverão corresponder à 1.ª fase**, não incluindo o valor do IVA (excluindo mobiliário e equipamento para a atividade letiva);
 - d) Programação calendarizada, faseamento e prazo previsto (1 unidade = 1 mês);
 - e) Proposta técnica para o reconhecimento geotécnico da área de intervenção, para efeitos da alínea d) do artigo 15.º da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto.
- 4. As **PEÇAS GRÁFICAS** devem ser apresentadas nos Serviços Técnicos da Universidade de Évora, Casa Cordovil, Rua Dr. Joaquim Henrique da Fonseca, 7000-890 Évora até às 16h00m, do 60.º dia a contar da data de envio do anúncio para publicação no Diário da República, devendo materializar a solução proposta e ser concretizada em peças apresentadas sobre 4 painéis em formato DIN A1, com orientação opcional (ao alto ou ao baixo), utilizados numa só face, em material leve (cartolina, madeira, cartão maqueta, PVC, K-Line etc.), com uma espessura máxima de seis milímetros.
 - 5. Nos painéis devem constar, para além das legendas próprias dos elementos gráficos e desenhados, única e exclusivamente a identificação do presente concurso e, no canto superior direito de cada painel, a numeração 1-4, 2-4, 3-4 e 4-4; assim como serem identificados com a numeração atribuída pela ACINGOV.
 - 6. As peças gráficas/desenhadas a elaborar deverão conter, no mínimo, a apresentação dos seguintes elementos:



- a) **Primeiro painel:** desenhos de implantação, à escala 1/500, representando toda a área de intervenção, com a relação do edifício, estacionamento e circulações, com a envolvente construída e com a definição da solução para o espaço público, e implantação da construção, as quais devem ser efetuadas de forma a observar as condicionantes tidas em consideração, e demais aspetos previstos no Programa Preliminar.
 - b) **Segundo e terceiro painéis:** plantas, cortes e alçados, à escala 1/200, com a definição da forma, da organização de espaços e volume da composição do edifício e relação com o estacionamento e exterior, evidenciando a estrutura proposta, os acessos principais, as circulações e a organização geral dos espaços interiores;
 - c) **Quarto painel:** elementos tidos por relevantes, tais como imagens de espaços interiores e de aspetos exteriores dos edifícios, adotando os pontos de vista considerados mais favoráveis à representação, em três dimensões, das ideias que se desejem salientar; a representação pode ser originada a partir de modelos tridimensionais, de modelos informáticos ou de qualquer outro tipo de registo, incluindo fotografias.
7. Além das peças gráficas previstas no número anterior, os concorrentes podem inserir nos painéis, ao seu critério, elementos tidos por relevantes, tais como organogramas ou outra formas esquemáticas, que permitam avaliar os níveis de compatibilidade da interdependência dos espaços funcionais previstos para comportarem as diferentes atividades, ou quaisquer elementos que descrevam ou justifiquem a conceção da solução proposta face às condições estabelecidas no Programa Preliminar constante do Anexo I aos presentes Termos de Referência.
 8. Os concorrentes devem apresentar maquete(s) da solução proposta.
 9. Os concorrentes devem ainda apresentar um suporte digital (Pen Drive), não editável, apenas para efeitos de exposição e divulgação a promover pela Entidade Adjudicante o qual deve apresentar, no rosto, uma etiqueta da qual conste as identificações do Concurso e do Concorrente, contendo os seguintes elementos:
 - a) Ficheiros de cada painel em formato PDF ou JPG (min. 300dpi, formato A1);
 - b) Ficheiro único com o caderno A4 em formato PDF; e
 - c) Ficheiros autónomos (no número mínimo de 3) com peças gráficas, que integram os painéis e o caderno A4, tidas por relevantes pelo concorrente para divulgação das propostas.
 10. O suporte digital (Pen Drive) mencionado no número anterior deverá ser colocado no envelope a que se refere o artigo seguinte.

Artigo 12º Modo de apresentação dos documentos que materializam os trabalhos de conceção na sede da entidade adjudicante

1. Os documentos previstos no artigo 11.º devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrita apenas a palavra «**Trabalho com o N.º (código a atribuir pela plataforma AcinGov)**» e a designação do

presente concurso.

2. O invólucro referido no número anterior será encerrado num outro, igualmente opaco e fechado, que se denomina «Invólucro exterior», no qual se deve indicar apenas a designação do presente concurso - *“Conceção para a elaboração do projeto do Pólo de Saúde da Universidade de Évora”*.
3. Excecionalmente, no caso de, em virtude da dimensão das peças ou dos painéis apresentados, o concorrente necessitar de encerrar os documentos previstos no artigo anterior em mais do que um invólucro, cada um dos invólucros deve respeitar o disposto no n.º 2 e ser apresentado com uma referência sequencial; todos estes invólucros devem, por sua vez, ser encerrados no «Invólucro exterior» referido no número anterior.
4. Todos os documentos previstos no artigo 11.º, bem como todos os invólucros referidos nos números anteriores, devem ser elaborados e apresentados de tal forma que fique assegurado o total e absoluto anonimato dos concorrentes, não podendo conter qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o seu autor ou autores.

Artigo 13º Lugar e data-limite de apresentação do(s) invólucro(s)

1. O «Invólucro exterior» referido no n.º 2 do artigo anterior pode ser entregue diretamente ou enviado, sem indicação do remetente, por correio registado, devendo a receção ocorrer, em qualquer dos casos, **até às 16.00 horas do 60.º (sexagésimo) dia**, a contar da data de envio do anúncio para publicação no Diário da República (II Série), e no Jornal Oficial da União Europeia, nas instalações da entidade adjudicante, Serviços Técnicos da Universidade de Évora, Casa Cordovil, Rua Dr. Joaquim Henrique da Fonseca, 7000-890 Évora.
2. No caso de a entrega ser feita diretamente, ao apresentante (que não pode indicar qualquer indício sobre a identidade do concorrente), é fornecido um recibo comprovativo da entrega, que não mencionará o nome do apresentante, devendo apenas ser numerado, datado e com hora de entrega, sem qualquer identificação.
3. Se o invólucro for enviado por serviço postal, o concorrente é o único responsável pelos atrasos que eventualmente se verifiquem, não podendo por isso considerar-se, tempestivamente, apresentados os documentos que deem entrada depois da data e hora limites referidas no número anterior, ainda que o invólucro que os contenha tenha sido expedido anteriormente.

Artigo 14º Apresentação de vários trabalhos de conceção

1. Cada concorrente pode apresentar um ou mais trabalhos de conceção.
2. No caso de o concorrente apresentar mais do que um trabalho de conceção, deve cumprir, quanto a cada um deles, o disposto do Artigo 9º ao Artigo 13º.

Artigo 15º Critérios de seleção

1. A seleção dos trabalhos de conceção é realizada de acordo com fatores subfatores de avaliação que, por ordem decrescente da sua importância, são os seguintes:
 - a) Qualidade da solução técnica proposta (QST) – 60 %
 - b) Exequibilidade técnica e financeira da solução (ETF) – 40%
2. O fator de avaliação QST compreende os seguintes subfactores:
 - a) Integração na envolvente e valorização das componentes funcionais e paisagísticas (sf1.1) – 55%
 - b) Adequabilidade ao programa funcional e ao sistema de faseamento proposto (sf1.2) – 45%
3. O subfator de avaliação integração na envolvente e valorização das componentes funcionais e *paisagísticas* compreende ainda os seguintes subfactores:
 - a) Integração e articulação do equipamento com a envolvente – 25%;
 - b) Relação com os edifícios existentes e o empreendimento a construir entre si e com o espaço público - 25%;
 - c) Funcionalidade e enquadramento da solução para o estacionamento e espaços exteriores - 25%;
 - d) Originalidade, atratividade, inovação e pertinência global da solução programática e conceptual proposta, expressa como uma mais-valia para a cidade, tendo em conta a importância da área em estudo – 25%.
4. O subfator de avaliação Adequabilidade ao Programa Funcional compreende ainda os seguintes subfactores:
 - a) Grau de funcionalidade – 20%;
 - b) Resposta ao Programa Preliminar proposto incluindo ao sistema de faseamento – 20%;
 - c) Adequação à mobilidade, à acessibilidade e à inclusão – 20%;
 - d) Capacidade de articulação e de polivalência dos espaços projetados – 20%;
 - e) Fluidez da circulação e mobilidade no empreendimento e a sua relação com o exterior – 20%.
5. O fator de avaliação previsto na alínea b) do número 1 - Exequibilidade técnica e financeira da solução (ETF) - compreende ainda os seguintes subfactores:
 - a) Viabilidade Técnica/financeira da solução (sf2.1) – 50%;
 - b) Racionalidade das Soluções Construtivas e seu equilíbrio funcional, estético e económico (sf2.2) – 50%;
6. O subfator Viabilidade Técnica/financeira da solução decompõe-se nos seguintes

subfatores:

- a) Adequação das soluções construtivas propostas para o equipamento e estacionamento, ao valor global previsto para a sua construção – 20%;
 - b) Adequação dos sistemas construtivos e dos materiais propostos – 20%;
 - c) Avaliação do faseamento da intervenção física e financeira – 20%;
 - d) Explicitação da racionalidade das soluções construtivas, face às exigências funcionais de segurança, habitabilidade e durabilidade – 20%;
 - e) Referência à estratégia relativa ao comportamento e eficiência energética e adaptação climática – 20%.
7. O subfator Racionalidade das Soluções Construtivas e seu equilíbrio funcional, estético e económico decompõe-se nos seguintes subfatores:
- a) Explicitação da racionalidade das soluções construtivas e das soluções técnicas preconizadas pelas especialidades intervenientes na elaboração da proposta – 40%;
 - b) Relação do custo da intervenção com as soluções de eficiência energética e adaptação climática – 30%;
 - c) Valorização ambiental por parte dos materiais e soluções construtivas adotadas – 30%.
8. Cada um dos subfactores elementares será pontuados de acordo com a seguinte norma:

Exequibilidade técnica / financeira da solução	Escala de avaliação	Pontos
A solução apresentada responde com excelência ao subcritério em todas as vertentes do subfator e detalha com profundidade a informação	Excelente	100
A solução apresentada responde com excelência em todas as vertentes do subfator e apresenta com coerência a informação	Muito bom	80
A solução apresentada responde bem em todas as vertentes do subfator e fornece de forma fundamentação a informação	Bom	60
A solução apresentada responde satisfatoriamente em todas as vertentes do subfator e fornece de forma coerente a informação	Suficiente	40
A solução apresentada responde satisfatoriamente em todas as vertentes do subfator e fornece de forma genérica a informação	Razoável	20

9. Classificação de subfactores:

$$\text{Sendo então } QST = \sum(sf1.1) \times 0.55 + \sum(sf1.2) \times 0.45$$

$$\text{Sendo então } EFT = \sum(sf2.1) \times 0.50 + \sum(sf2.2) \times 0.50$$

10. Classificação Final:

A proposta de conceção selecionada será então aquela que obtiver a maior pontuação que será calculada através da soma ponderada das classificações obtidas em cada um dos fatores, de acordo com a seguinte fórmula, com uma aproximação a duas casas decimais:

$$Cf = 0,6 \times QST + 0,4 \times ETF$$

em que Cf = Classificação Final

Artigo 16º Apreciação dos trabalhos de conceção

1. O Júri do concurso, depois de abertos os invólucros que contêm os documentos que materializam os trabalhos de conceção apresentados pelos concorrentes, e analisando a quantidade de propostas, publica um aviso na plataforma eletrónica com a indicação do tempo previsível de que necessita para tomar a decisão de seleção.
2. O Júri procede à apreciação dos trabalhos de conceção apresentados e elabora um relatório final, assinado por todos os seus membros, no qual deve indicar, fundamentadamente:
 - a) A ordenação dos trabalhos de conceção apresentados, de acordo com o critério de seleção previsto no artigo anterior;
 - b) A exclusão dos trabalhos de conceção:
 - i) Cujas proposta ou invólucros tenham sido apresentados após o termo do prazo fixado no n.º 1 do artigo 14.º;
 - ii) Cujos documentos que os materializam, ou os invólucros referidos no artigo 13.º, contenham qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o concorrente;
 - iii) Que não observem os requisitos a que se refere o n.º 3 do artigo 1.º.

Artigo 17º Prémios

1. O concorrente cujo Trabalho de Conceção tenha sido classificado no primeiro lugar no âmbito do Concurso Público de Conceção será convidado, através da plataforma AcinGov, a apresentar a proposta para a formação de um contrato de aquisição de serviços para o desenvolvimento da 1.ª fase do Pólo de Saúde, no âmbito do procedimento de Ajuste Direto, ao abrigo da alínea g) do número 1 do artigo 27.º do CCP.
2. O segundo classificado será premiado com 15.000,00€ (quinze mil euros) e o terceiro classificado com 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros).

Artigo 18º Notificação da decisão do júri de seleção

1. De acordo com o Relatório Final do Júri, o órgão competente para a adjudicação



seleciona 1 (uma) proposta.

2. Todos os concorrentes serão notificados, através da plataforma de contratação pública AcinGov, da decisão de seleção, pela Entidade Adjudicante.
3. As notificações indicadas no número anterior serão acompanhadas do Relatório Final referido no n.º 2 do artigo 16º.
4. A notificação da decisão será efetuada exclusivamente através da plataforma de contratação pública AcinGov.
5. O concorrente sobre cuja Proposta recaia a decisão de seleção considera-se selecionado para efeitos do consequente procedimento Ajuste Direto, sendo automaticamente aplicável o disposto no artigo seguinte.

Artigo 19º Habilitações

1. O concorrente sobre cujo trabalho de conceção recaia a decisão de seleção deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão, os documentos comprovativos das habilitações e dos requisitos previstos no Artigo 9º, sob pena de caducidade da seleção do respetivo trabalho.
2. No caso de caducidade da decisão de seleção em resultado do incumprimento do disposto no número anterior, pelo concorrente cujo trabalho de conceção haja sido selecionado, o órgão referido no Artigo 4º seleciona o trabalho de conceção ordenado em lugar imediatamente subsequente.

Artigo 20º Direitos da Entidade Adjudicante

O conteúdo patrimonial de todos os documentos que materializam o trabalho de conceção sobre o qual recaia a decisão de seleção considera-se transmitido para a Entidade Adjudicante

Artigo 21º Exposição pública dos trabalhos

1. Logo após o encerramento do concurso, a Entidade Adjudicante poderá promover uma exposição pública dos trabalhos admitidos, onde estará também patente o relatório final do Júri.
2. A não exibição de trabalhos que hajam sido ordenados será garantida, desde que os concorrentes o desejem e indiquem, expressamente, conforme previsto no n.º 8 do Artigo 9º.
3. Os painéis a exibir na exposição, serão os previstos no Artigo 11º, não sendo permitido introduzir-lhes alterações que não sejam as decorrentes da necessidade de reparação de qualquer dano, entretanto ocorrido com o seu manuseamento.
4. O local, data e hora de abertura da exposição serão anunciados nos meios de comunicação social e comunicados a todos os concorrentes, através da



plataforma de contratação pública AcinGov.

5. O levantamento dos trabalhos deverá decorrer até 30 (trinta) dias após a data de encerramento da exposição, caso esta ocorra, ou após a finalização do concurso.

Anexos

Anexo I Programa Preliminar

Documentos complementares:

- Elementos para Projeto
- Infraestruturas
- Plano Diretor Municipal de Évora
- Topografia

(estes elementos são fornecidos em ficheiros independentes anexos ao procedimento)

Anexo II Caderno de Encargos do Ajuste Direto

Parte I CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª Objeto do contrato

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento por *Ajuste Direto a adotar ao abrigo do disposto na alínea g) do número 1 do artigo 27º do Código dos Contratos Públicos*, para o qual será convidado a apresentar proposta o concorrente cujo Trabalho de Conceção tenha sido selecionado em 1º (primeiro) lugar no âmbito do concurso público de **Conceção para a elaboração do projeto do Pólo de Saúde da Universidade de Évora**.
2. O presente Caderno de Encargos será substancialmente idêntico ao que acompanhará o convite para efeitos do Ajuste Direto.
3. As condições da prestação de serviços deverão ter em conta o preconizado nas cláusulas técnicas que constituem a parte II do presente caderno de encargos, que discriminam os serviços a executar.
4. Constitui objeto principal do contrato a celebrar com o concorrente cuja proposta seja adjudicada no âmbito do ajuste direto, a aquisição de serviços que visem o desenvolvimento e conclusão do projeto de arquitetura, de acordo com a proposta e o trabalho de conceção adjudicados, exclusivamente em relação ao desenvolvimento da Fase 1 proposta.
5. O presente procedimento assume a classificação CPV seguinte, sendo que ao vocabulário principal corresponde o código 71250000.
6. O preço base do presente procedimento é de **1.000.000,00€ (um milhão de euros)** não incluindo imposto sobre o valor acrescentado.

Cláusula 2.ª Preço contratual

Pela prestação de serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao adjudicatário o valor global, constante da proposta adjudicada.

Cláusula 3.ª Revisão de preços

Não haverá lugar à revisão de preços durante a vigência do Contrato.

Cláusula 4.ª Pagamento

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela Entidade Adjudicante das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para efeitos do anteriormente expresso, a obrigação considera-se vencida com o cumprimento do plano de pagamentos que abaixo se expressa:
 - a) 1ª Prestação: 10% do total dos honorários devidos com a celebração do Contrato, contra a entrega da caução (garantia bancária, seguro-caução ou depósito em dinheiro) de idêntico valor;
 - b) 2ª Prestação: 10% do total dos honorários devidos com a entrega do estudo prévio revisto;
 - c) 3ª Prestação: 20% do total dos honorários devidos com a aprovação do estudo prévio;
 - d) 4ª Prestação: 20% do total dos honorários devidos com entrega do projeto de execução;
 - e) 5ª Prestação: 30 % do total dos honorários devidos com aprovação do projeto de execução;
 - f) 6ª Prestação: 10% do valor total da proposta adjudicada, para Assistência Técnica a prestar, durante a execução da empreitada.
3. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ao proceder à emissão de nova fatura corrigida ou atuar de acordo com as normas contabilísticas legalmente aceites.

Cláusula 5.ª Celebração de contrato

1. Será celebrado contrato escrito, o concorrente será notificado de tal facto e o processo seguirá o trâmite dos artigos 94º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.
2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
3. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes documentos:



- a) Os eventuais suprimientos de erros e omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os eventuais esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) O respetivo Trabalho de Conceção selecionado.

Cláusula 6.ª Sanções

O não cumprimento por parte da empresa adjudicatária dos prazos apresentados para o presente procedimento, motivará para além da resolução do contrato, também a aplicação de sanções pecuniárias, nos termos do artigo 329º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 7.ª Publicitação da adjudicação

Para a eficácia do contrato, a adjudicação será efetuada no portal da Internet dedicado aos contratos públicos e ainda no Jornal Oficial da União Europeia.

Cláusula 8.ª Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 9.ª Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação aplicável em Portugal.

Parte II CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 10.ª Constituição das equipas prestadoras de serviços

1. A elaboração dos projetos a que se refere o presente caderno de encargos ficará a cargo de equipas projetistas cuja Coordenação será assegurada por um Arquiteto com inscrição válida na Ordem dos Arquitetos, que deverão ter mais de 5 anos de experiência profissional e de coordenação de projetos da mesma natureza e dimensão.
2. O concorrente do concurso de Conceção que for selecionado para a fase de ajuste direto obriga-se a constituir a equipa necessária para a elaboração do respetivo projeto.
3. A equipa projetista será constituída pelo Coordenador de Projeto e deverá ter uma constituição de acordo com o apresentado na Parte II do presente Caderno de Encargos.



4. O Autor do projeto de Arquitetura terá que possuir inscrição válida na Ordem dos Arquitetos, ter mais de 5 anos de experiência profissional e experiência comprovada em projetos da mesma natureza e dimensão, os quais devem ser comprovados com a apresentação do curriculum vitae e respetivos documentos comprovativos.
5. A identificação dos vários técnicos que integram a equipa projetista, com identificação do Coordenador de Projeto, ficará discriminada em documento anexo ao Contrato a celebrar na sequência deste procedimento.
6. A equipa projetista referida no número no ponto 3, só poderá ser alterada mediante prévio e expresse consentimento da Entidade Adjudicante.

Cláusula 11.ª Obrigações principais do prestador de serviço

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração de Contrato decorre para o Concorrente selecionado as seguintes obrigações:
 - a) Verificação, confirmação e eventual complemento do Levantamento Topográfico;
 - b) Obtenção dos elementos técnicos necessários para a Elaboração do Estudo Geológico- Geotécnico necessários à elaboração do projeto;
 - c) Elaboração do Estudo Prévio;
 - d) Elaboração do Projeto de Execução (incluindo mapas de trabalhos, quantidades e estimativa de custo, caderno de encargos, de arquitetura e de todas as especialidades, e todos os documentos que se considerem necessários para a formação do processo de suporte para o procedimento de concurso público da empreitada nos termos do CCP);
 - e) Certificação dos Projetos: a prestação de serviços contempla a certificação de especialidades e a aprovação pelas entidades competentes dos respetivos Projetos, incluindo da Câmara Municipal de Évora em fase de Estudo Prévio nos termos do art.º 7º do RJUE na sua redação atual, sendo que o valor global a apresentar não incluirá as taxas de aprovação nas respetivas entidades ou de emissão das respetivas certificações, sendo estas da responsabilidade da Entidade Adjudicante;
 - f) Coordenação dos diversos projetos, atestando a compatibilidade entre os mesmos;
 - g) Resposta aos esclarecimentos reportados ao Júri do procedimento, no âmbito do concurso para a celebração do contrato de empreitada;
 - h) Resposta aos erros e omissões reportados ao Júri do procedimento, no âmbito do concurso para a celebração do contrato de empreitada;
 - i) Assistência técnica durante a execução da empreitada.



2. A título acessório, o concorrente fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas ao seu cargo.
3. O concorrente obriga-se a garantir que os projetos a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de instrumentos de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição da regulamentação de acessibilidades e das normas técnicas de construção, garantindo a conformidade com as exigências das Entidades Externas e o Licenciamento dos projetos junto das Entidades que o exijam.
4. O concorrente fica ainda obrigado a apresentar, juntamente com o projeto de execução a listagem com a identificação de todas as Entidades Externas a consultar, devendo ainda, de acordo com os serviços municipais, promover as reuniões que considerarem necessárias para o desenvolvimento do Projeto com aquelas Entidades bem como elaborar todos os documentos técnicos necessários à realização das reuniões e obtenção dos pareceres.

Cláusula 12.ª Prazo de prestação dos serviços

1. Os prazos para elaboração e entrega de cada fase de trabalho, no âmbito da prestação de serviços, deverão ser os seguintes:
 - a) Elaboração do Estudo Prévio (revisão): a executar no prazo máximo de 30 dias após a celebração do contrato;
 - b) Elaboração do projeto de Execução: a executar no prazo máximo de 120 dias após a comunicação da aprovação do Estudo Prévio;
 - c) Resposta aos esclarecimentos: de acordo com o definido no Programa de Procedimento da empreitada.
 - d) Resposta aos erros e omissões: de acordo com o definido no Programa de Procedimento da empreitada;
 - e) Assistência técnica: a prestar nos termos da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto.
2. As prestações relativas à assistência técnica poderão ser exigidas pela entidade adjudicante durante o período compreendido até 5 anos após a aprovação do projeto de arquitetura.
3. Os prazos previstos no número 1 do presente número não poderão ser prorrogados a requerimento dos Prestadores de Serviços, exceto se devidamente fundamentados na sequência da ocorrência de um motivo de força maior ou a facto alheio à responsabilidade dos Prestadores de Serviços, sem prejuízo do disposto no número 2 do artigo 97º do Código dos Contratos Públicos.



Cláusula 13.ª Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. Após a receção dos elementos referentes a cada fase de execução do contrato, a Entidade Adjudicante procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Parte II deste presente Caderno de Encargos, e na proposta adjudicada bem como outros requisitos exigidos por Lei.
2. No decurso da análise a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve prestar à Entidade Adjudicante a cooperação e os esclarecimentos necessários.
3. Caso na sequência da conclusão da análise a que se refere o n.º 1 da presente cláusula, se conclua que os elementos entregues não estão conformes as exigências legais ou caso existam discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Parte II deste presente Caderno de Encargos, a Universidade de Évora deve informar, por escrito, o respetivo adjudicatário.
4. No caso previsto no número anterior, e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante, nunca inferior a 10 (dez) dias, o adjudicatário pode responder, em caso de discordância, ou executar, à sua custa, as alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a Entidade Adjudicante procede a nova análise, nos termos do número 1 da presente cláusula.
6. Caso a análise comprove a conformidade dos elementos entregues pelo adjudicatário com as exigências legais e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Parte II deste presente Caderno de Encargos, serão os mesmos submetidos a aprovação do Conselho de Gestão da Universidade de Évora.

Cláusula 14.ª Elementos fornecidos pela entidade adjudicante

A Entidade Adjudicante fornecerá, apenas o levantamento topográfico, bem como os elementos que constam do processo de concurso de conceção.

Cláusula 15.ª Âmbito da prestação de serviços

1. É da inteira responsabilidade do concorrente a elaboração de todos os estudos constituintes do Projeto de arquitetura e especialidades do Pólo de Saúde da Universidade de Évora.
2. Os projetos de execução que serão a base da execução da empreitada deverão ser elaborados em conformidade com as disposições legais em vigor previstas na Portaria nº 255/2023 de 7 de agosto e demais legislação vigente para a prestação de serviços a celebrar e deverão incluir:
 - a) Projeto de Arquitetura;



- b) Plano de Acessibilidades e Mobilidade;
- c) Projeto de Arquitetura Paisagista / Arranjos Exteriores;
- d) Projeto de Estabilidade e Contenção Periférica;
- e) Projetos de abastecimento de água;
- f) Projeto de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais;
- g) Projeto de instalação de gás (se aplicável);
- h) Projeto de distribuição e alimentação de energia elétrica;
- i) Projeto das infraestruturas de telecomunicações e rede estruturada;
- j) Projeto de segurança contra incêndios e plano de emergência;
- k) Projeto de segurança integrada (Segurança contra intrusão, CCTV, controle de acessos);
- l) Projeto de ventilação e climatização (AVAC);
- m) Projeto de qualidade do ar interior (QAI);
- n) Projeto de AQS;
- o) Projeto de som e luminotecnia para eventos, anfiteatros e alguns laboratórios e espaços comuns;
- p) Projeto de condicionamento acústico;
- q) Projeto de comportamento térmico – (RCCTE);
- r) Verificação do projeto RSECE nos termos do Sistema de Certificação Energética incluindo a emissão do respetivo pré-certificado energético;
- s) Projeto de gestão centralizada dos equipamentos propostos;
- t) Elaboração dos elementos previstos no número 5 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos (que se referem necessários) incluindo Caderno de Encargos, Memória Descritiva e Justificativa, mapa de quantidades, orçamento, mapa de quantidades no ficheiro *template* (para submissão na plataforma eletrónica da entidade adjudicante), peças desenhadas;
- u) Elaboração do Plano de Segurança e Saúde;
- v) Elaboração do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos;
- w) Plano de manutenção de todos os equipamentos propostos;
- x) Termos de responsabilidade de todos os projetos;
- y) Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador do projeto, que ateste a compatibilidade entre os vários projetos de especialidades com o projeto de arquitetura;
- z) Pareceres a entidades externas (que se entendam necessários);
- aa) Para os projetos que requerem certificação pelas entidades oficiais, as respetivas certificações;



- bb) Para cada elemento que não se revele necessária a sua elaboração, deverá ser apresentada declaração justificativa.
3. Constitui obrigação do concorrente o cumprimento integral de todas as normas e disposições legais aplicáveis aos Estudos / Projetos a fornecer, assim como a obtenção junto das entidades competentes, de todas as informações / autorizações / certificações / pareceres considerados necessários para a elaboração dos fornecimentos definidos no objeto deste procedimento.
 4. Quando se justificar, os Projetos deverão adotar todos os processos e tecnologias que se enquadre na eficiência energética, pelo que os Projetos deverão, nessas circunstâncias, incluir os documentos da certificação energética.

Cláusula 16.ª Estudo prévio, Anteprojeto / Projeto Base

Do projeto a realizar, com base no estudo prévio objeto do concurso de conceção, deverá constar sempre que se verifique necessário no âmbito da solução desenvolvida e sem prejuízo de outros elementos considerados adequados pelos Prestadores de Serviços, ou constantes da regulamentação específica aplicável, os definidos na Portaria 255/2023 de 7 agosto. Atendendo ao desenvolvimento pretendido em fase de concurso de conceção e posteriormente de revisão e consolidação da fase de Estudo Prévio pela Equipa de projeto, prescinde-se da necessidade de elaboração do Anteprojeto/Projeto Base.

Cláusula 17.ª Projeto de execução

1. A elaboração dos projetos de Execução será conforme as disposições constantes da Portaria 255/2023 de 7 agosto e compreende o fornecimento dos elementos dos projetos referidos no número 7.2 da Parte II do presente Caderno de Encargos.
2. Dos projetos a realizar, deverão constar sempre que se verifique necessário no âmbito da solução desenvolvida e sem prejuízo de outros elementos considerados adequados pelos Prestadores de Serviços, ou constantes da regulamentação específica aplicável, os elementos estabelecidos na Portaria 255/2023 de 7 agosto.
3. Cada projeto deverá ser instruído com Termo de Responsabilidade, Medições e Orçamento Estimativo, Cadernos de Encargos e respetivas especificações técnicas.
4. Sem prejuízo do número anterior, deverão ser ainda apresentados Mapa de Medições e Orçamentos global da Obra.
5. Os elementos relativos ao “Projeto de Execução” de cada especialidade deverão integrar os elementos de solução de obra a integrar os respetivos cadernos de encargos dos procedimentos de formação de contrato de empreitada de obras públicas de acordo com o estabelecido no artigo 43º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.ª Exemplos a fornecer pelo adjudicatário

1. Os elementos definidos na Cláusula 13.ª da parte II do presente Caderno de



Encargos deverão ser entregues em 1 (um) suporte digital (Pen Drive), contendo duas pastas, sendo uma de Peças Editáveis e a outra de Não Editáveis, e 1 (um) exemplar em suporte papel, contendo a totalidade do trabalho em formato digital.

2. Os elementos definidos no Cláusula 13.^a da parte II do presente Caderno de Encargos deverão ser entregues em 4 (quatro) exemplares em suporte papel e respetivos exemplares para as Entidades Externas que tenham de emitir parecer sobre os projetos (certificação).
3. Os elementos definidos no Cláusula 15.^a da parte II do presente Caderno de Encargos deverão ser entregues em 1 (um) suporte digital (Pen Drive) contendo a totalidade do trabalho em formato digital.

Cláusula 19.^a Programa e coordenação dos projetos

1. As funções do Coordenador de Projeto são as definidas na Lei nº 31/2009 de 3 de julho, na sua redação atual, e atualizações legais sendo asseguradas por um Arquiteto com inscrição válida na Ordem dos Arquitetos ou por um Engenheiro com inscrição válida na Ordem dos Engenheiros.
2. A coordenação das atividades dos intervenientes nos respetivos Projetos tem como objetivo a integração das suas diferentes partes num conjunto harmónico, de fácil interpretação e capaz de fornecer todos os elementos necessários à execução de cada uma das respetivas obras, garantindo a adequada articulação das equipas de projetos em função das características da obra respetiva e assegurando a participação dos técnicos autores, a compatibilidade entre os diversos projetos necessários e o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis a cada especialidades, bem como a relação com a Entidade Adjudicante ou o seu representante.
3. A programação dos projetos visa o escalonamento das suas diferentes fases e das atividades de cada interveniente de modo a ser dado cumprimento aos respetivos Contratos.
4. O Coordenador de Projeto deve compatibilizar a sua ação com a dos Coordenadores de Segurança e Saúde em fase de projeto quando estes existirem.

Cláusula 20.^a Assistência técnica

1. O concorrente tem o direito de exigir e a obrigação de garantir a Assistência Técnica necessária à boa execução da respetiva obra.
2. A Assistência Técnica deve ser prestada, quer na fase de procedimento de formação do respetivo contrato e até à adjudicação da obra, quer durante a execução da mesma.
3. Os serviços de Assistência Técnica compreenderão, nomeadamente, a prestação de informações e esclarecimentos, sob forma escrita ou verbal, de acordo com o que for solicitado pela Entidade Adjudicante, sobre problemas relativos à interpretação dos projetos ou a ambiguidades, omissões ou contradições dos

mesmos.

4. As atividades relativas à Assistência Técnica são definidas na Portaria 255/2023 de 27 agosto.

Cláusula 21.ª Condicionantes orçamentais

1. Na conceção do projeto, o Concorrente deverá ter em consideração o limite financeiro de **39.000.000,00€ (trinta e nove milhões de euros)** acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, respeitando ao valor máximo previsto a disponibilizar pela Entidade Adjudicante para a empreitada de construção do Pólo de Saúde da Universidade de Évora.
2. Os orçamentos baseados constantes das medições e mapas de quantidades, a apresentar em fase de projeto de execução, deverão assegurar a compatibilização com o montante indicado no número anterior.